

PARECER Nº 12/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

Assunto: Oferta Permanente - Diretrizes Ambientais - Bacia do São Francisco

1 OBJETIVO

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, visando à inclusão de blocos exploratórios na Oferta Permanente de Áreas, localizados na **Bacia do São Francisco**, no Estado de Minas Gerais. A análise desta Coordenadoria observa o disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017 e a Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022. Também serão consideradas as eventuais restrições a serem observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, bem como aquelas decorrentes da aplicação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP, aprovada pela Resolução de Diretoria nº 436/2024, de 27/06/2024.

2 REFERÊNCIAS

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022
- [4] Ofício nº 197/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1866658)
- [5] Ofício nº 028/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1936614)
- [6] Ofício nº 158/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 2233536)
- [7] Ofício SEMAD/SURAM nº 50/2022 (SEI 2135668)
- [8] Memorando SEMAD/SURAM nº 650/2022 (SEI 2391804)
- [9] Ofício SEMAD/GAB nº 471/2022 (SEI 2309423)
- [10] Memorando SEMAD/SURAM nº 529/2022 (SEI 2309423)
- [11] Memorando SEMAD/DATEN nº 118/2022 (SEI 2309423)
- [12] Memorando SEMAD/DATEN nº 041/2022 (SEI 2309423)
- [13] Memorando SEMAD/DATEN nº 042/2022 (SEI 2309423)
- [14] Nota Técnica nº 11 IEF/GCARF/Regularização/2022 (SEI 2309423)
- [15] Memorando FEAM/GERAQ nº 67/2022 (SEI 2309423)
- [16] Memorando IEF/DFAU nº 71/2022 (SEI 2309423)
- [17] Memorando IEF/GRAPE nº 020/2022 (SEI 2309423)
- [18] Nota Técnica nº 5/FEAM/GEAAD/2022 (SEI 2309423)
- [19] Memorando SEMAD/SURAM nº 71/2020 (SEI 2309423)
- [20] Ofício GAB/SEMAD/SEMAD Nº 462/2018 (SEI 2309423)
- [21] Memorando SUARA/SEMAD Nº 49/2018 (SEI 2309423)

[22] Ofício Gab/SEMAD/SISEMA nº 346/2008 (SEI 2309423)

[23] Ofício IEF nº 058/2005 (SEI 2309423)

[24] Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP (SEI 4001491)

[25] Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2024 (SEI 4553621)

[26] Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016

[27] Decreto Estadual nº 47.383, de 2 de março de 2018

[28] Deliberação Normativa Copam nº 217/2017

[29] Parecer Técnico GTPEG nº 5/2018 (SEI 0073551)

[30] Ofício nº 65/2022/SAG/ANP-RJ (SEI 2381285)

[31] Indicativo do Potencial Petrolífero (SEI 2399265)

3 INTRODUÇÃO

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.
2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.
3. No caso de áreas para as quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinados pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].
4. No caso em tela, a **ANP solicitou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD de Minas Gerais, a avaliação de 41 (quarenta e um) blocos em estudo na bacia do São Francisco**, situados no setor SSF-S, conforme Tabela 1, e Figura 1. A solicitação ao órgão ambiental estadual foi feita por meio dos Ofícios nº 197/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [4], nº 028/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [5], e nº 158/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [6].

Tabela 1 - Blocos em estudo na Bacia do São Francisco

Bacia do São Francisco	
Setor	Blocos Exploratórios
SSF-S	SF-T-80, SF-T-81, SF-T-82, SF-T-83, SF-T-85, SF-T-86, SF-T-90, SF-T-91, SF-T-92, SF-T-93, SF-T-94, SF-T-95, SF-T-96, SF-T-100, SF-T-101, SF-T-102, SF-T-103, SF-T-105, SF-T-106, SF-T-111, SF-T-112, SF-T-113, SF-T-115, SF-T-116, SF-T-118, SF-T-119, SF-T-120, SF-T-121, SF-T-124, SF-T-125, SF-T-126, SF-T-127, SF-T-128, SF-T-129, SF-T-131, SF-T-133, SF-T-134, SF-T-137, SF-T-138, SF-T-139, SF-T-143 (41 blocos)

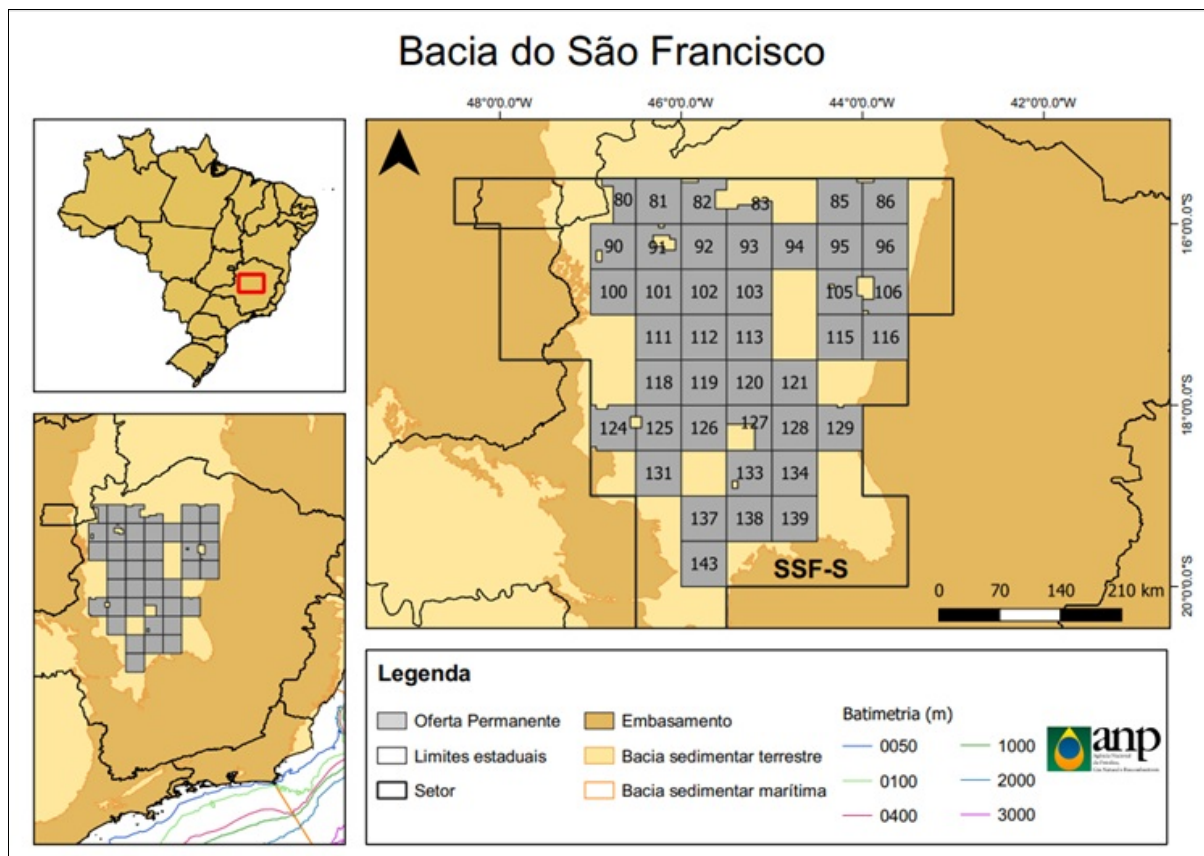


Figura 1 – Blocos em estudo na Bacia do São Francisco.

5. A SEMAD manifestou-se sobre o pleito, externamente e internamente, por intermédio dos documentos:

- Ofício SEMAD/SURAM nº 50/2022 [7];
- Memorando SEMAD/SURAM nº 650/2022 [8];
- Ofício SEMAD/GAB nº 471/2022 [9];
- Memorando SEMAD/SURAM nº 529/2022 [10];
- Memorando SEMAD/DATEN nº 118/2022 [11];
- Memorando SEMAD/DATEN nº 041/2022 [12];
- Memorando SEMAD/DATEN nº 042/2022 [13];
- Nota Técnica nº 11 IEF/GCARF/Regularização/2022 [14];
- Memorando FEAM/GERAQ nº 67/2022 [15];
- Memorando IEF/DFAU nº 71/2022 [16];
- Memorando IEF/GRAPE nº 020/2022 [17];
- Nota Técnica nº 5/FEAM/GAAD/2022 [18];
- Memorando SEMAD/SURAM nº 71/2020 [19];
- Ofício GAB/SEMAD/SEMAD Nº 462/2018 [20];
- Memorando SUARA/SEMAD Nº 49/2018 [21];
- Ofício Gab/SEMAD/SISEMA nº 346/2008 [22]; e
- Ofício IEF nº 058/2005 [23].

6. Em 28/11/2024, a **Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2024 [25]** foi assinada pelo **MMA e pelo MME, aprovando a inclusão de 39 (trinta e nove) blocos exploratórios da Bacia dos São Francisco** no edital da Oferta Permanente de Licitações para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Destaca-se que, após análise da SEMAD-MG, dois blocos foram excluídos.

7. Ocorre que em 27/06/2024 foi aprovada, pela Diretoria Colegiada da ANP, a **Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [24]** que, com o objetivo de buscar a chamada “licença social para operar”, ou seja, melhorar a percepção pública da atividade, facilitando as condições para o seu desenvolvimento e minimizando seus riscos socioambientais e jurídicos, propôs a adoção de critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. A Manifestação Conjunta elaborada pelo MME e pelo MMA não considerou a aplicação desses novos critérios, cabendo à ANP a análise das restrições deles decorrentes, o que se faz na sequência deste Parecer. Destaca-se que a Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/2024 [24] faz parte do conjunto de documentos levados à Consulta e Audiência Públicas nº 02/2024, cujo objetivo era "obter subsídios sobre o edital de licitações e os contratos de concessão de blocos exploratórios e de área com acumulações marginais da Oferta Permanente de Concessão – OPC".

8. A partir da aplicação dos critérios socioambientais da Nota Técnica nº 8/2024/ANP, no entanto, foram realizados ajustes de áreas em três blocos, levando a incorporações das áreas remanescentes aos blocos adjacentes, reduzindo o **total de blocos** aptos para **36 (trinta e seis)**, conforme detalhado nas seções a seguir.

4 ANÁLISE DAS ÁREAS A SEREM OFERTADAS

4.1 - Características gerais da Bacia do São Francisco

9. A Bacia do São Francisco apresenta área de 354.800 km², e está localizada na região central do Brasil, nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Tocantins e no Distrito Federal.

4.2 - Fluxo de definição das diretrizes ambientais

10. A ANP pretendia originalmente incluir no processo de Oferta Permanente 41 (quarenta e um) blocos exploratórios, conforme indicado na Figura 1. Como etapa inicial do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.

11. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu inciso II do art. 2º, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar terrestre, faz-se necessário solicitar parecer ao órgão de meio ambiente estadual com competência para o licenciamento ambiental na área de petróleo e gás natural e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

12. Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia os critérios específicos estabelecidos pelo órgão ambiental e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas ambientalmente sensíveis recomendadas pelos órgãos ambientais, caso necessário, e encaminha ao MMA e ao MME a delimitação dos blocos ou áreas a serem ofertados em formato vetorial (*shapefile*), juntamente com os pareceres ambientais e a estimativa do potencial petrolífero da área.

13. O MMA e o MME, por sua vez, devem elaborar a manifestação conjunta, que terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser revista e ratificada por iguais períodos, caso necessário.

14. No caso em análise, a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2024 [25] considerou o estabelecido no art 4º da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], que indica que deverá(ão):

"I - ser **excluídas**, mediante justificativa, as áreas dos blocos que:

a) apresentem **sobreposição às unidades de conservação**, nos termos da Lei nº

9.985, de 18 de julho de 2000, excetuadas suas zonas de amortecimento e as Áreas

de Proteção Ambiental - APA, que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, conforme Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do MMA e do Instituto Chico Mendes; e

b) apresentem **sobreposição com terras indígenas delimitadas, declaradas, homologadas e regularizadas** por decreto presidencial ou área interdita com restrição de ingresso e trânsito em razão da presença de índios isolados, regido pelo art. 7º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, conforme consta da base de dados georreferenciados disponibilizada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

II - ser **indicada a sobreposição** de blocos com as seguintes áreas:

a) **APA e zonas de amortecimento das demais unidades de conservação**, quando existentes, que compõem o SNUC, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes;

b) áreas com **ocorrência de espécies da flora ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponibilizadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção;

c) áreas com **ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponíveis no Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, do Instituto Chico Mendes, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção;

d) **assentamentos, territórios quilombolas**, de acordo com a base de dados georreferenciados disponibilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

e) **áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, nos termos da Lei nº 3.924, de 1961, cujos dados georreferenciados são disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; e

f) **áreas com riscos geológicos**, conforme a base de dados georreferenciados disponível no sítio do Serviço Geológico do Brasil - CPRM;

III - ser indicado o **potencial petrolífero** e eventuais restrições ambientais, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados, na forma do art. 2º, incisos I e II."

15. Conforme já apontado, a partir da aprovação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [24], foram estabelecidos critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. Esses critérios foram aplicados nos blocos em estudo na Bacia do São Francisco, resultando em novos recortes, exclusões e incorporações de áreas remanescentes a blocos adjacentes. A Tabela 2 sintetiza as principais alterações propostas pela Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP.

Tabela 2 - Novos Critérios Socioambientais

	Critérios Anteriores	Critérios NT 08/2024
Terras Indígenas e Quilombolas	Delimitação de blocos considera a exclusão de áreas indígenas demarcadas	Exclusão de áreas indígenas e quilombolas + buffer de 10 Km na região da Amazônia Legal e de 8 Km em outras regiões
Unidades de Conservação	UCs recortadas no processo de delimitação dos blocos + recortes complementares a partir das recomendações dos OEMAs	Recorte das Zonas de Amortecimento (ZA) estabelecidas no Plano de Manejo de cada UC. Para as UCs que não tenham ZA definidas em seu Plano de Manejo, ou que não tenham Plano de Manejo, buffer de 10 km se na Amazônia Legal, ou 8 km fora dela

Áreas densamente povoadas	NA	Núcleos Urbanos com mais de 400 habitantes por km ² Recorte de áreas com extensão superior a 5 Km ²
Áreas de mineração de sal gema	NA	Exclusão de áreas sobrepostas à extração de sal-gema na fase de “Concessão de Lavra”

16. Assim, após o recebimento da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2024 [25], a ANP procedeu à aplicação desses critérios adicionais.

4.3 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos ambientais

17. Na Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2024 [25] foram apreciados aspectos ambientais específicos apontados pelos órgãos ambientais consultados, conforme destacado na sequência.

SEMAD-MG

18. A SEMAD-MG, no Memorando SEMAD/DATEN nº 118/2022 [11], informou que a atividade de extração de petróleo e gás natural no Estado de Minas Gerais é passível de licenciamento conforme a Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 [26], e o Decreto Estadual nº 47.383, de 2 de março de 2018 [27]. Complementou indicando que na Deliberação Normativa Copam nº 217/2017 [28] constam, em Anexo Único, as seguintes tipologias passíveis de licenciamento:

- A-06-01-1 Prospecção de gás natural ou de petróleo (levantamento geofísico);
- A-06-05-1 Perfuração de poços exploratórios em jazida de petróleo e gás natural; e
- A-06-06-1 Produção de petróleo e gás natural em jazida convencional

19. O Memorando SEMAD/DATEN nº 041/2022 [12] destaca que os critérios locais de enquadramento são elementos do território considerados relevantes ambientalmente, registrando que a maioria dos blocos em análise tem interseção, pelo menos em parte, com algum critério local, e destacou que *“Tal situação faz com que seja necessário o planejamento das atividades e dos estudos ambientais a serem realizados a fim de que tais elementos sejam contemplados e as exigências do processo de licenciamento sejam cumpridas. Contudo, a incidência dos critérios locais não impede, por si só, a realização da atividade.”* Entre os critérios locais foram listados: Cavidades naturais subterrâneas; Áreas de conflito por recursos hídricos; Reservas da Biosfera; Áreas prioritárias para conservação de importância extrema ou especial.

20. O Memorando SEMAD/DATEN nº 041/2022 [12] apresenta, ainda, fatores ambientais de restrição ou vedação que protegem tais elementos e impossibilitam a realização de determinadas atividades. Entre os fatores ambientais de restrição ou vedação foram listados: Bioma Mata Atlântica; Rios de Preservação Permanente; Terras indígenas; e Terras Quilombolas.

21. Por sua vez, o Memorando SEMAD/SURAM nº 71/2020 [19] menciona documentos e reuniões ocorridas em rodadas anteriores entre a ANP e SEMAD e, na ocasião, foi reforçada pela SURAM (Subsecretaria de Regularização Ambiental) a impossibilidade do licenciamento ambiental para a exploração de recursos não-convencionais por meio de fraturamento hidráulico: *“os representantes da ANP se comprometeram em garantir a proteção ambiental, por meio dos contratos de concessão, e dar ampla publicidade aos interessados em participar das licitações quanto ao posicionamento da Secretaria de vedar a exploração de recursos não-convencionais por fraturamento hidráulico no território mineiro”.*

22. Em complemento às análises efetuadas pelo SEMAD, o MMA encaminhou ao MME novas considerações do ICMBio, do Ibama e da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais/MMA, referentes aos blocos da Bacia de São Francisco.

ICMBio

23. Em relação às espécies da fauna ameaçadas de extinção, o ICMBio, com base nos registros do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (SALVE), em 30/09/2023, efetuou considerações específicas para 20 blocos. Entre tais considerações destacamos os blocos onde foi apontada a presença de espécies de Rivulídeos (peixes):

- SF-T-92 - *Hypsolebias delucai* (VU) e *H. similis* (DD)
- SF-T-100 e SF-T-101 - *Hypsolebias fasciatus* (VU), *H. gibberatus* (VU), e *H. virgulatus* (CR)
- SF-T-111 - *Hypsolebias alternatus* (EN), *Hypsolebias trilineatus* (CR) e *Melanorivulus paracatuensis* (DD)
- ST-F-116 - *Simpsonichthys espinhacensis* (EN)
- SF-T-118 - Cerca de 50% dos registros do rivulídeo *Hypsolebias auratus* (CR)

24. O ICMBio conclui que, devido às extensas dimensões dos blocos de exploração terrestre de petróleo e gás na Bacia de São Francisco, nenhum foi excluído. No entanto, certos ambientes específicos, dentro dos 20 blocos citados não devem ser explorados, pois tal prática poderia aumentar o risco de extinção para as espécies presentes.

Ibama

25. O Ibama recomendou que seja feito um *buffer* de 2 km sobre os registros de ocorrência das espécies de Rivulídeos ameaçadas de extinção, e que estas áreas sejam excluídas dos blocos SF-T-92, SF-T-100, SF-T-102, SF-T-106 e SF-T-111, conforme solicitado no Parecer Técnico GTPEG nº 5/2018 [29]. Para os demais blocos, não há restrição à oferta, porém, orienta-se considerar as recomendações exaradas em sua análise.

MMA

26. O MMA registrou que todos os blocos em estudo têm sobreposição parcial com o mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade. Em 21 blocos, há propostas de criação ou ampliação de UCs federais e/ou áreas prioritárias onde a ação recomendada é a criação de UCs. Nesse contexto, quatro propostas de Criação ou Ampliação de Reservas Extrativistas - RESEX federais coincidem com os blocos SF-T-103, SF-T-113, SF-T-120, SF-T-128, SF-T-129.

27. Registrou, ainda, a sobreposição dos blocos ST-T-91 e ST-T-81 com a APA Uruana de Minas, e do bloco ST-143 com a APA da Bacia do Córrego da Velha.

28. O MMA conclui, em sua manifestação, que nenhum dos blocos em estudo se enquadrava no critério de exclusão do art. 4º da Portaria Interministerial MME/MMA [3], mas enfatiza que foram identificadas recomendações para a criação de UCs no mapa de Áreas Prioritárias que, se forem concretizadas, poderiam alterar este cenário.

4.4 - Análise de sobreposição

29. Com vistas a atender ao disposto no art. 4º, incisos I e II, da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25] observou os parâmetros de análise de sobreposição definidos na Portaria, acrescidos das análises iniciais efetuadas pelo SEMAD. Todos os "itens" indicados na sequência referem-se ao documento Manifestação Conjunta.

30. No item 4.3.1 **Sobreposição com Unidade de Conservação**, foram reapresentados recortes dos comentários relevantes do SEMAD. As figuras 03 a 08 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25] contêm os mapas fornecidos pelas duas instituições responsáveis pelas

análises, cabendo destaque aos relatos apresentados a seguir:

30.1. Na Nota Técnica nº 11/IEF/GCARF-Regularização/2022 [14], o Instituto Estadual de Florestas (IEF) apresenta o resultado da sobreposição das Unidades de Conservação (UC) Estaduais de Minas Gerais, zonas de amortecimento de UC e corredores ecológicos legalmente instituídos pelo Instituto.

30.2. Com relação a UCs estaduais, a instituição coloca em sua conclusão que *“Em relação ao conflito por sobreposição com Unidades de Conservação Estaduais, foi constatado, através da análise empreendida e tendo como subsídio os dados geoespaciais disponibilizados na IDE-Sisema até a data de 08 de abril de 2022, a não sobreposição entre os blocos exploratórios de petróleo e gás natural em unidades de conservação de domínio estadual.”*

30.3. Com relação a Zonas de Amortecimento, o IEF constatou sobreposições no bloco exploratório SF-T-129 com a zona de amortecimento do Parque Estadual Serra do Cabral, e nos blocos exploratórios SF-T-82 e SF-T-83 com a zona de amortecimento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Veredas do Acari. Registrou, ainda, a sobreposição dos blocos SF-T-81 e SF-T-91 com a APA Municipal Uruana de Minas.

30.4. Como considerações finais, o IEF informa que *“constatada afetação dos blocos exploratórios de petróleo e gás natural em unidades de conservação ou zonas de amortecimento, deve ser observado que dispõe o decreto Estadual nº 47.941 de 07/05/2020, que dispõe sobre o procedimento de autorização ou ciência do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação.”*, procedimento a ser adotado no momento do licenciamento ambiental.

31. No item 4.3.2 – **Sobreposição com Terras Indígenas**, consta que o Memorando SEMAD/DATEN nº 041/2022 [12] apontou a presença da Terra Indígena Caxixó na área do bloco SF-T-138, e que parte do bloco SF-T-139 é impactada pela faixa de restrição definida pela Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015, do Ministério do Meio Ambiente, que é de 8 km (oito quilômetros) para atividades minerárias. Os blocos citados foram recortados pela ANP para os ajustes necessários à conformidade legal deste normativo, conforme pode ser observado na Figura 09 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25].

32. No item 4.3.3 – **Sobreposição com espécies de fauna ameaçadas**, a Figura 10 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25] registra as espécies da fauna ameaçadas na região dos blocos em estudo, e entre as espécies encontradas, destaca-se a *Alectrurus tricolor*, com ocorrência nas áreas dos blocos SF-T-80 e SF-T-81; a *Boana buriti*, com ocorrência na área do bloco SF-T-90; a *Campylopterus calcirupicola*, com ocorrência na área dos blocos SF-T-106 e SF-T-116; a *Nothura minor*, com ocorrência na área do bloco SF-T-121; e espécies de Rivulídeos, com ocorrências observadas nos blocos SF-T-92, SF-T-100, SF-T-101 e SF-T-118.

33. No item 4.3.4 – **Sobreposição com espécies de flora ameaçadas**, o Memorando IEF/GRAPE nº 020/2022 [17] apresenta uma avaliação dos blocos em estudo com os três biomas existentes no Estado de Minas Gerais, e registra a existência de blocos na zona do semiárido mineiro, região sensível que carece de cuidados especiais, e aponta em um bloco a ocorrência da espécie Faveiro de Wilson (*Dimorphandra wilsonii*), espécie seriamente ameaçada de extinção, e de ocorrência muito restrita.

34. Na Figura 11 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25], o IEF/GRAPE apresenta os biomas do estado e ocorrência do Faveiro de Wilson. O polígono vermelho indica a área com potencial de ocorrência da espécie conhecida do Faveiro de Wilson, com uma pequena sobreposição com um dos blocos em estudo. Já o polígono com preenchimento branco, no norte do Estado, mostra o bioma Caatinga, e as áreas de preenchimento amarelo representam o bioma Mata Atlântica. Especialmente no Norte de Minas se observa que dentro dos limites do bioma Caatinga existem áreas de Mata Atlântica. Existem outras áreas do Estado onde se observa a ocorrência de Mata Atlântica isolada, sendo o restante área do bioma Cerrado. Na Figura 12 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25], é apresentado o Mapa de Ocorrência das Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção nas proximidades dos blocos em estudo.

35. No item 4.3.5 – **Sobreposição com assentamentos rurais e territórios quilombolas**, o

Memorando SEMAD/DATEN nº 041/2022 [12] apontou, no bloco SF-T-86, a presença de duas terras quilombolas reconhecidas, a Comunidade Brejo de Crioulos e a Comunidade de Sete Ladeiras e Terra Dura. No bloco SF-T-124, foi identificada a presença da Comunidade Quilombola São Sebastião. Além da vedação das atividades, foram destacados, ainda, os impactos dos raios de restrição de 8 Km (oito quilômetros) em relação aos limites da comunidade, definidos pela Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015 que, quando avaliados, abrangem quase a totalidade da área do bloco SF-T-86 e parte significativa do bloco SF-T-124. A partir dessas informações, os blocos SF-T-86 e SF-T-124 foram excluídos, e o SF-T-85 recortado, como pode ser observado na Figura 13 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25]. Ainda na Figura 13 podemos visualizar a interferência de projetos de assentamento de reforma agrária nas áreas de interesse e suas proximidades, ocorrendo sobreposição com os blocos: SF-T-83, SF-T-85, SF-T-92, SF-T-93, SF-T-94, SF-T-96, SF-T-100, SF-T-102, SF-T-103, SF-T-105, SF-T-106, SF-T-111, SF-T-112, SF-T-113, SF-T-115, SF-T-116, SF-T-118, SF-T-119, SF-T-120, SF-T-121, SF-T-125, SF-T-131, SF-T-134 e SF-T-139.

36. No item 4.3.6 – **Sobreposição com áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, a Figura 14 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25] é possível observar a ocorrência de sítios arqueológicos nos blocos SF-T-82, SF-T-90, SF-T-91, SF-T-95, SF-T-96, SF-T-100, SF-T-101, SF-T-102, SF-T-105, SF-T-106, SF-T-111, SF-T-112, SF-T-113, SF-T-115, SF-T-116, SF-T-118, SF-T-119, SF-T-120, SF-T-121, SF-T-126, SF-T-127, SF-T-128, SF-T-129, SF-T-137 e SF-T-143.

37. No item 4.3.7 – **Sobreposição com áreas de riscos geológicos**, a Figura 15 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25] destaca as áreas com risco de inundação e enxurrada, movimento e corrida de massa. Os blocos mais sujeitos ao risco são: SF-T-80, SF-T-81, SF-T-85, SF-T-90, SF-T-91, SF-T-95, SF-T-96, SF-T-100, SF-T-101, SF-T-105, SF-T-106, SF-T-115, SF-T-116, SF-T-118 e SF-T-121.

38. No item 4.3.8 – **Fatores ambientais de restrição ou vedação**, o Memorando SEMAD/DATEN nº 041/2022 [12] apresenta como um dos fatores de restrição o Bioma Mata Atlântica, e aponta que os blocos SF-T-83, SF-T-85, SF-T-86, SF-T-94, SF-T-95, SF-T-96, SF-T-106, SF-T-116, SF-T-129 e SF-T-13 pelo menos em parte estão inseridos nesse bioma. Destaca que, de acordo com a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, o corte e/ou a supressão de vegetação nativa primária desse bioma não é permitido para atividades minerárias, e que a supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração, para fins de atividades minerárias, excetuando-se árvores isoladas, somente será admitida mediante o previsto no art. 32. O Memorando SEMAD/DATEN nº 041/2022 [12] ressaltou, ainda, que nos rios de preservação permanente classificados pela Lei Estadual nº 15.082, de 27 de abril de 2004, é vedada a modificação no leito e das margens, bem como revolvimento de sedimentos para a lavra de recursos minerais, observando, ainda, que os blocos SF-T-116, SF-T-120, SF-T-121, SF-T-127 possuem áreas atravessadas por cursos d'água classificados como rios de preservação permanente.

39. No item 4.3.9 – **Zoneamento ecológico-econômico**, a Nota Técnica nº 5/FEAM/GEAAD/2022 [18] foi elaborada visando atender solicitação da ANP de indicação de eventual restrição ou recomendações de uso da terra contidas em zoneamento ecológico-econômico legalmente instituído nos blocos exploratórios em estudo. Para atendimento deste item, foi realizada a sobreposição dos arquivos vetoriais, que representam os limites dos blocos, com as camadas de informação do Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais (ZEE-MG), publicado em 2008, disponíveis na plataforma IDE-Sisema, conforme consulta feita em 04/04/2022, que têm maior interface com a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural. Foram avaliadas as seguintes camadas: a) Vulnerabilidade Natural; b) Potencialidade de Contaminação de Aquíferos; c) Vulnerabilidade do Solo à Contaminação; d) Vulnerabilidade do Solo à Erosão; e) Qualidade Ambiental; f) Risco Ambiental; g) Integridade da Flora; h) Potencialidade Social; i) Utilização das Terras. Para cada uma das camadas avaliadas, foi apresentada uma breve explanação do seu significado, e elaborado mapa específico de sobreposição das áreas em estudo, apresentados como Figuras 18 a 26 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25]. Foi indicada por cores a relevância de cada um dos parâmetros em análise, além dos blocos sobrepostos às regiões críticas de cada uma das camadas avaliadas.

5.3 - Potencial Petrolífero

40. As informações acerca do potencial petrolífero dos blocos do setor SSF-S utilizadas na Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25] foram baseadas no Ofício nº 65/2022/SAG/ANP-RJ [30] e em seu anexo, Indicativo do Potencial Petrolífero [31].

5.4 - Novos Critérios Socioambientais

41. Em relação ao disposto na Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 [24], no caso concreto da Bacia do São Francisco, apenas os critérios associados a unidades de conservação e áreas densamente povoadas foram aplicados aos blocos em estudo, afetando 29 dos 39 blocos considerados aptos à oferta pela Manifestação Conjunta MME/MMA nº 01/2024 [25], tendo em vista que dois blocos já haviam sido excluídos por recomendação do SEMAD. Não houve exclusão de blocos em função da aplicação dos novos critérios socioambientais.

42. Os recortes e incorporações de áreas remanescentes a blocos adjacentes deram origem à nova configuração dos blocos em estudo, que foram considerados aptos a serem ofertados pela ANP, listados na Tabela 3 e representados na Figura 3.

Tabela 3 - Blocos exploratórios considerados aptos na Bacia do São Francisco

Bacia do São Francisco	
Setor	Blocos Exploratórios
SSF-S	SF-T-80, SF-T-82, SF-T-83, SF-T-85, SF-T-90, SF-T-92, SF-T-94, SF-T-95, SF-T-96, SF-T-100, SF-T-101, SF-T-102, SF-T-103, SF-T-105, SF-T-106, SF-T-111, SF-T-112, SF-T-113, SF-T-115, SF-T-116, SF-T-118, SF-T-119, SF-T-120, SF-T-121, SF-T-125, SF-T-126, SF-T-127, SF-T-128, SF-T-129, SF-T-131, SF-T-133, SF-T-134, SF-T-137, SF-T-138, SF-T-139, SF-T-143 (36 blocos)

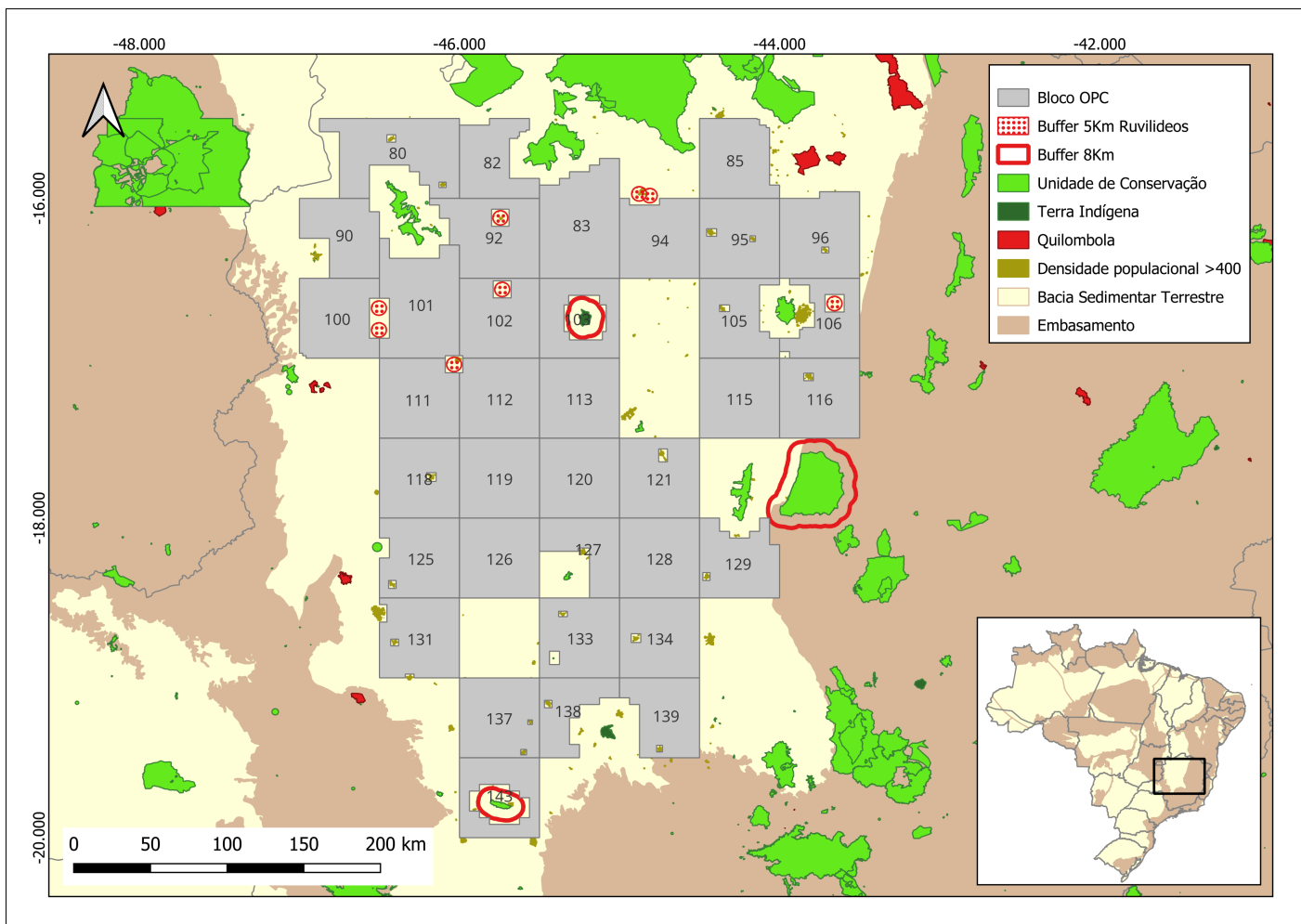


Figura 2 - Blocos considerados aptos da Bacia do São Francisco após aplicação dos novos critérios socioambientais.

São Francisco

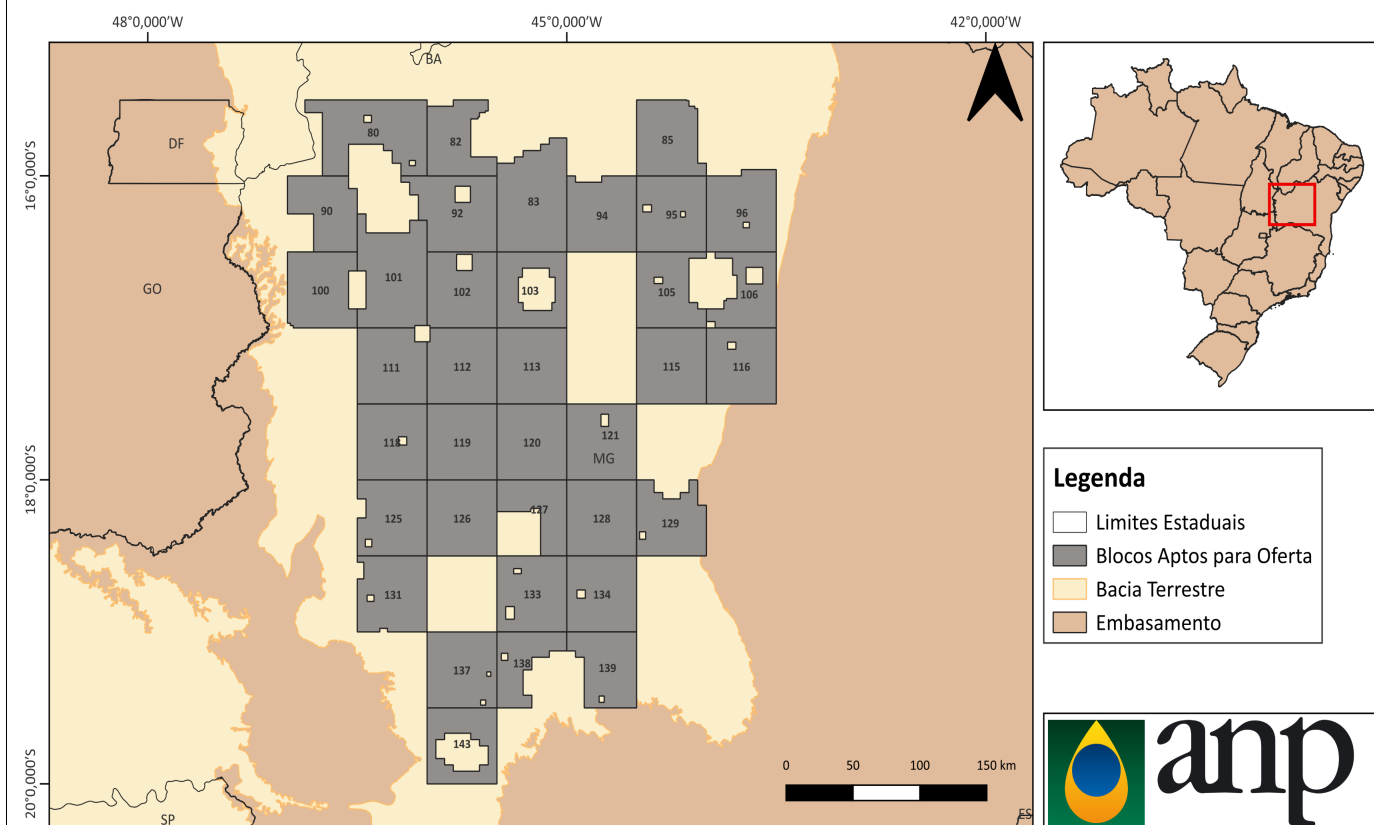


Figura 3 - Blocos considerados aptos da Bacia do São Francisco.

4.5 - Papel das diretrizes ambientais

43. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas, e disponibilizadas no site da ANP com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

44. Considerando as informações relatadas neste Parecer, conclui-se que a documentação apresentada pela SEMAD, e a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 01/2024 [25], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

5 CONCLUSÃO

45. Com base nos pareceres elaborados pelo SEMAD, corroborados pela Manifestação Conjunta nº 01/2024 MMA/MME [25], e acrescidos dos recortes e exclusões complementares efetuados, levando em conta a Nota Técnica Conjunta Nº 8/2024/ANP [24], a **ANP está apta para ofertar 36 (trinta e seis) blocos localizados na Bacia do São Francisco**, no Estado de Minas Gerais, conforme a Tabela 3 e a Figura 3.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA**, Agente Público S/CCT, em 09/12/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA RODRIGUES BRAGA LEMOS CARNEIRO, Agente Público S/CCT**, em 09/12/2024, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI, Especialista em Regulação**, em 09/12/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA GODOY MARTINS CORREA, Assessora de Meio Ambiente**, em 09/12/2024, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4563795** e o código CRC **D09EB762**.